



193
137

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 193451-8

COMARCA: Recife ✓

APELANTE: Ivonete Jovelina da Silva Dias e Outros

APELADA: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDORES PÚBLICOS. VIÚVAS. DIREITO À PERCEPÇÃO DA INTEGRALIDADE DAS PENSÕES E ÀS DIFERENÇAS ACUMULADAS E NÃO PAGAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO APELO. 1. Afastada a extinção do feito, por ausência de prova pré-constituída, decretada em primeiro grau, eis que as apelantes juntaram à inicial documentos suficientes à propositura da ação (fls. 16/66), comprobatórios das suas condições de viúvas/filha inválida de servidores públicos municipais e bem assim de seu direito à percepção da integralidade dos benefícios de pensão por morte aos quais fazem jus, nos termos da jurisprudência de há muito pacífica. 2. Aplicação, em sequência, do permissivo encartado no art. 515, § 3º, do CPC. 3. Ainda no plano processual, afastou-se a alegação de decadência do direito das impetrantes/apelantes quanto à interposição do presente *mandamus*, tendo em vista tratar-se de prestações de trato sucessivo, caso em que o prazo decadencial renova-se a cada mês, com o recebimento a menor de seus benefícios de pensão por morte. 4. No plano de fundo, verifica-se que as impetrantes/apelantes são pensionistas de ex-servidores públicos municipais desde antes da reforma previdenciária operada pela Emenda Constitucional nº 20/98 (que criou a obrigatoriedade dos regimes próprios de previdência social para União, DF, Estados e Municípios), tendo todo o seu período contributivo sido destinado ao IPSEP. 5. A garantia constitucional de percepção de pensão integral às viúvas e dependentes de servidores públicos (existente à época) era auto-aplicável, obrigatória e cogente para todos os entes federados. 6. O raciocínio em tela não se altera pelo fato de os servidores, de cujos falecimentos derivaram as pensões em causa, terem sido vinculados a município anteriormente conveniado à autarquia previdenciária estadual, para fins de arrecadação e pagamento de benefícios. 7. Com efeito, os fatos constitutivos do direito ao pensionamento (os eventos mortes dos servidores que, não obstante municipais, eram então vinculados ao sistema previdenciário estadual), ocorreram antes da edição da Lei Federal nº 9.717/98. 8. Seguindo a máxima romana *tempus regit actum*, a lei vigente na data do fato gerador do benefício (*in casu*, as datas dos óbitos), é a que rege os termos de sua concessão. 9. A responsabilidade pelo pagamento das pensões em lume é do ente previdenciário estadual. 10. Uma vez fixada a obrigação pelo pagamento, a definição do respectivo *quantum*, em correspondência com o valor integral das remunerações que receberiam os servidores falecidos, se vivos estivessem, por força do direito à paridade, revela-se mera decorrência lógico-jurídica da obrigação-base. 11. Por outro lado, observa-se que as impetrantes/apelantes instruíram a inicial com as certidões/declarações de fls. 24, 34, 45, 52, 59 e 66, as quais noticiam os valores dos vencimentos/proventos que os ex-segurados

Su70

[Assinatura]

1099
1387

receberiam se vivos estivessem. 12. Pretendem, dessarte, configurar o ato lesivo ao seu direito à integralidade, mediante o cotejo dos demonstrativos de pagamento de suas pensões (fls. 20/22, 29/30, 41/42, 49, 56 e 63) e as respectivas certidões/declarações emitidas pelo ente ao qual eram os respectivos instituidores vinculados. 13. Verifica-se que: (i) a certidão carreada pela impetrante/apelante **Ivonete Jovelina da Silva Dias** (fls. 24) contempla vantagem como "Insalubridade"; e (ii) a certidão carreada pela impetrante/apelante **Maria do Carmo das Chagas** (fls. 45) contempla vantagens como "Gratificação de Risco de Vida" e "Hora Extra Noturna". 14. É certo, porém, que tais vantagens apenas se incorporavam aos proventos ou integravam definitivamente os vencimentos em circunstâncias específicas, não demonstradas ou sequer alegadas nos presentes autos. 15. Não são ditas vantagens inerentes aos cargos dos instituidores, mas decorrentes do exercício de certas atividades especiais ou das atribuições normais do cargo em condições especiais, pelo que, em princípio, são transitórias e retiráveis (*propter laborem*), razão pela qual não se visualiza a plausibilidade do pleito em relação a essas vantagens. 16. Por outro lado, verifica-se que mesmo com a exclusão das parcelas referentes a tais vantagens, as impetrantes/apelantes **Ivonete Jovelina da Silva Dias** e **Maria do Carmo das Chagas** vêm percebendo suas pensões em valores inferiores ao devido, conforme se vislumbra dos 'demonstrativos de pagamento de pensão' acostados pelas mesmas (fls. 20/22, e 41/42). 17. Verifica-se, por fim, que os documentos carreados pelas impetrantes/apelantes **Maria de Lourdes da Silva, Maria Augusta Lopes da Silveira, Maria do Socorro Sales Ramos e Vera Lúcia Soares Alexandre** não fazem referência a qualquer vantagem de natureza *propter laborem*, razão pela qual tem-se por inequívoca a violação do direito à integralidade/paridade das pensões por morte a elas cabíveis. 18. Apelo parcialmente provido em ordem a (i) afastar o comando sentencial de extinção do processo sem resolução do mérito, e, em sequência, mediante aplicação do direito à espécie (com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC), (ii) conceder parcialmente a segurança, assegurando às impetrantes/apelantes o direito à percepção de pensão integral e paritária, excluindo-se, todavia, das pensões das apelantes **Ivonete Jovelina da Silva Dias** e **Maria do Carmo das Chagas** o pagamento das vantagens denominadas "Insalubridade", "Gratificação de Risco de Vida" e "Hora Extra Noturna", que têm caráter *propter laborem*. 19. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0193451-8, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em afastar o decreto de extinção do processo por ausência de prova pré-constituída, e, aplicando-se o direito à espécie, com base no art. 515, § 3º, do CPC, dar provimento parcial à apelação, para anular a sentença e conceder parcialmente a segurança, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

200
131
e/f.

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 193451-8

COMARCA: Recife

APELANTE: Ivonete Jovelina da Silva Dias e Outros

APELADA: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 001.2007.031048-4, que indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

Na ação em tela, pleiteiam os impetrantes/apelantes, pensionistas de ex-servidores públicos municipais, a percepção da integralidade de seus benefícios de pensão por morte, no montante correspondente à totalidade dos vencimentos/proventos que perceberiam os seus falecidos maridos/pais se vivos fossem (fls. 24, 34, 45, 52, 59 e 66), conforme preceituam a Lei Estadual nº 11.327/96, os arts. 40, § 7º e 8º, da CF/88, e o art. 27 do ADCT da CE/89, e bem assim a percepção das diferenças acumuladas e alegadamente não pagas pelos institutos previdenciários, desde a data da impetração do presente *writ*, observada a prescrição quinquenal, tudo acrescido de juros moratórios e correção monetária.

Irresignados com o indeferimento da antecipação de tutela (fls.67), os impetrantes interpuseram agravo de instrumento (nº 0154540-2), o qual restou convertido em Agravo Retido, vindo a decisão terminativa a transitar em julgado em 03/12/2007, conforme se depreende da certidão de fls. 87 dos autos em apenso.

Em suas razões (fls.97/109), reiteram os impetrantes/apelantes os termos da exordial, aduzindo, ao final, que o estabelecimento de hipóteses, por meio de leis estaduais, que prevejam diminuição ou extinção de vantagens incidentes sobre os proventos de pensão iria de encontro aos princípios da hierarquia das leis (ao conflitar com as normas supremas da Magna Carta), da paridade de proventos, da razoabilidade e da isonomia.

Em sede de contra-razões (fls.112/123), arguiu a FUNAPE: (i) a inépcia da petição inicial ante a ausência de direito líquido e certo, a teor do art. 8º da Lei Federal nº 1.533/51; (ii) a ausência de documentos essenciais à propositura do *mandamus*, comprobatórios de que os impetrantes/apelantes estivessem percebendo os seus benefícios a menor; (iii) a decadência do direito de ação dos impetrantes/apelantes, visto que já perceberiam os referidos benefícios há vários anos, vindo a ajuizar a presente ação apenas no ano de 2007; (iv) que o reajuste das pensões a que fazem jus os impetrantes/apelantes, na qualidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

201
132
af

de pensionistas de servidores municipais, deveria ser suportado pelos próprios municípios a que vinculados aqueles servidores (Recife/PE e Quipapá/PE), eis que a responsabilidade do ente previdenciário estadual para com o pagamento das pensões em tela derivava de convênio celebrado com a municipalidade, que repassava os recursos para o correspondente custeio, convênio este que foi extinto por força da edição da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pela qual restou vedado "*o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios*"; (v) que não caberia à entidade previdenciária estadual a responsabilidade pelo pagamento e/ou reajuste das pensões em foco, já que as relações previdenciárias existentes seriam entre os pensionistas/apelantes e os respectivos municípios; (vi) que a LC nº 28/00, no seu art. 1º, §§ 1º e 2º, excluiu do rol dos beneficiários do Sistema de Previdência Social do Estado de Pernambuco os pensionistas dos servidores públicos municipais; (vii) que o reconhecimento da obrigação da apelada em pagar pensões instituídas por servidores municipais, inclusive mediante a extensão de reajustes e revisões por força da paridade, fere a autonomia entre os entes federativos e implica em acréscimo de despesa, a depender de prévia dotação orçamentária, *ex vi* do art. 169 da CF; (viii) que a paridade invocada pelos apelantes contraria os princípios do equilíbrio federativo e da autonomia dos entes políticos; requerendo, ao final, (ix) a exclusão das perquiridas parcelas *propter laborem*, inextensíveis aos inativos e pensionistas.

É o relatório.

Tendo em vista tratar-se de recurso em sede de mandado de segurança, desnecessária a revisão.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 17 de novembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

202
139 / 7

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 193451-8

COMARCA: Recife

APELANTE: Ivonete Jovelina da Silva Dias e Outros

APELADA: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, o Juízo *a quo* extinguiu o processo sem julgamento de mérito, com arrimo no art. 267 do CPC, por ausência de prova pré-constituída.

Afasto, logo de proêmio, a extinção do feito a esse título, decretada pelo Juízo singular, eis que as apelantes juntaram à inicial documentos suficientes à propositura da ação (fls. 16/66), comprobatórios das suas condições de viúvas/filha inválida de servidores públicos municipais e bem assim de seu direito à percepção da integralidade dos benefícios de pensão por morte aos quais fazem jus, nos termos da jurisprudência de há muito pacífica.

Por isso, com base no permissivo encartado no art. 515, § 3º, do CPC, prossigo na análise das demais questões postas nos autos.

Ainda no plano processual, afasto a alegação de decadência do direito dos impetrantes/apelantes quanto à interposição do presente *mandamus*, tendo em vista tratar-se de prestações de trato sucessivo, caso em que o prazo decadencial renova-se a cada mês, com o recebimento a menor de seus benefícios de pensão por morte.

No plano de fundo, verifica-se que as impetrantes/apelantes são pensionistas de ex-servidores públicos municipais desde antes da reforma previdenciária operada pela Emenda Constitucional nº 20/98 (que criou a obrigatoriedade dos regimes próprios de previdência social para União, DF, Estados e Municípios), tendo todo o seu período contributivo sido destinado ao IPSEP.

Com efeito, a responsabilidade do ente previdenciário estadual para com o pagamento das pensões em tela derivava de convênio celebrado com as municipalidades, que repassavam os recursos para o correspondente custeio, convênio este que foi extinto por força da edição da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pela qual restou vedado "*o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios*".

Ora, é certo que a garantia constitucional de percepção de pensão integral às viúvas e dependentes de servidores públicos (existente à época) era **auto-aplicável, obrigatória e cogente** para todos os entes federados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Note-se, bem a propósito, o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito (aplicável ao caso vertente, porquanto harmônico com o princípio do *tempus regit actum*):

EMENTA "1. Pensão por morte de servidor público (CF, art. 40, § 5º): interpretação. Na interpretação do art. 40, § 5º, da Constituição firmou-se o entendimento do STF, a partir do MI 211, RTJ 157/411, no sentido de que é norma auto-aplicável, que assegura a plena correspondência de valores entre a pensão deixada por servidor público falecido e o que este servidor percebia em atividade. A parte final do dispositivo - "até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior" - não constitui óbice à fruição do benefício, vez que a locução diz respeito ao teto da remuneração de que trata o art. 37, XI, da Constituição. 2. Recurso extraordinário: descabimento: questão relativa à incorporação de gratificações à pensão do servidor falecido, que demanda a interpretação de direito local (Súmula 280), além de ausente o prequestionamento do art. 37 da Constituição Federal (Súmulas 282 e 356)". RE-AgR 334733/CE, Relator(a) : Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Julgamento: 21/09/2004, Órgão Julgador : Primeira Turma.

EMENTA:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO INTEGRAL. AUTO-APLICABILIDADE: ART. 40, § 4º E § 5º, C.F. I. - A norma do art. 40, § 4º e § 5º, da Constituição Federal é de eficácia plena e aplicabilidade imediata. II. - Precedentes do STF: MMII 211/DF e 263/DF, MS 21.521/CE, RREE 161.224/CE, 179.646/MG, 140.863/AM, MI 274-AgR/DF e AI 221.703-AgR/SP, por mim relatado, "D.J." de 18.12.1998, inter plures. III. - Agravo não provido." AI-AgR 494387/SP, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Julgamento: 20/04/2004, Órgão Julgador: Segunda Turma.

A matéria em análise resta de todo pacificada também perante este Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, dos arestos seguintes:

EMENTA. "CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO - ART. 40, § 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - APLICABILIDADE QUE INDEPENDE DE REGULAMENTAÇÃO - PENSÃO POR MORTE - INTEGRALIDADE QUE DEVE CORRESPONDER AOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO - DIFERENÇAS DEVIDAS - A pensão por morte de servidor público falecido deve corresponder à totalidade dos seus vencimentos ou proventos, por força do disposto no art. 40, § 5º, da Constituição Federal, por ser este dispositivo auto aplicável, independendo de lei estadual regulamentadora. São devidas as diferenças não pagas. Preliminar de prescrição rejeitada indiscrepantemente. Apelo provido, por unanimidade de votos." (Apelação Cível Nº 79927-3, Segunda Câmara Cível, em 30.04.2002, Des.Relator Santiago Reis)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

204
141 P

EMENTA. "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. DIREITO À PERCEPÇÃO À INTEGRALIDADE DA PENSÃO. 1. O benefício da pensão por morte deve corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. É o que estabelece a norma auto-aplicável do parágrafo 5º, do art. 40 da Constituição Federal, em sua redação original. 2. Improvimento do reexame necessário. Prejudicado o voluntário. Decisão unânime". (Apelação Cível Nº 56923-7, 7ª Câmara Cível, em 04.04.2006, Des. Fernando Cerqueira)

O raciocínio em tela não se altera pelo fato de os servidores, de cujos falecimentos derivaram as pensões em causa, terem sido vinculados a município anteriormente conveniado à autarquia previdenciária estadual, para fins de arrecadação e pagamento de benefícios.

Com efeito, os fatos constitutivos do direito ao pensionamento (os eventos mortes dos servidores que, não obstante municipais, eram então vinculados ao sistema previdenciário estadual), ocorreram **antes** da edição da Lei Federal nº 9.717/98.

Ora, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a máxima romana *tempus regit actum*, é pacífica no sentido de que **a lei vigente na data do fato gerador do benefício** (*in casu*, as datas dos óbitos), **é a que rege os termos de sua concessão.**

Transcrevo, nessa linha, os precedentes seguintes:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADORA RURAL. DESCABIMENTO. ÓBITO OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA

DA LEI 8.213/91. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Por força do princípio *tempus regit actum*, a lei que a rege a concessão de benefício por morte é aquela vigente quando da ocorrência do fato gerador, ou seja, a data do óbito do segurado.

2. (...)

3. Recurso especial conhecido e improvido." (REsp 413221/RS, DJ 18.12.2006 p. 460). Grifei.

"PREVIDENCIÁRIO. DEPENDENTE DESIGNADO. PENSÃO. EVENTO MORTE OCORRIDO QUANDO EM VIGOR ART. 16, IV DA LEI 8.213/91. MAIOR DE IDADE. EXCLUSÃO. FATO GERADOR. ÓBITO DO SEGURADO. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO PROVIDO.

I - (...)

III - A jurisprudência da Eg. Terceira Seção firmou entendimento no sentido de que o fato gerador para a concessão do benefício de pensão por morte deve levar em conta a data do óbito do segurado, observando-se, ainda, a lei vigente à época de sua ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

IV - A explicação deriva do fato da concessão da pensão por morte estar atrelada aos requisitos **previstos na legislação de regência no momento da morte do segurado, em obediência ao princípio tempus regit actum.**
V - Recurso especial conhecido e provido." (REsp 499819/ CE, DJ 02.08.2004 p. 490). Grifei

Por conseguinte, é certo que a responsabilidade pelo pagamento das pensões em lume é do ente previdenciário estadual.

Tanto assim é que os contra-cheques acostados aos autos - posteriores à Lei Federal nº 9.717/98 - foram emitidos pelas próprias entidades previdenciárias.

E, uma vez fixada a obrigação pelo pagamento, a definição do respectivo *quantum*, em correspondência com o valor integral das remunerações que receberiam os servidores falecidos, se vivos estivessem, por força do direito à paridade, revela-se mera decorrência lógico-jurídica da obrigação-base.

Colaciono, nessa linha, o acórdão lavrado no Recurso de Agravo nº 120.419-7/01, da relatoria do eminente Des. Alexandre Aquino:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PENSONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONVÊNIO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO. EXTINÇÃO. LEI Nº 9.717/98. REPASSE DOS VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS AOS ESTADOS. PAGAMENTO AOS SEGURADOS PELOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO. AUSÊNCIA DE INGERÊNCIA NA AUTONOMIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.

1. (...)

4. Face à inexistência de Instituto de Previdência próprio do Município de Brejo da Madre de Deus/PE, a responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos municipais recaía sobre o Instituto de Previdência dos servidores Públicos do Estado de Pernambuco - IPSEP, por força de convênio firmado entre o Estado de Pernambuco e os Municípios que o compõe, através do qual o Município repassava ao Estado os valores das contribuições prestadas pelos servidores, e, em contrapartida, o IPSEP, sucedido pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH/PE e, posteriormente pela FUNAPE, efetuava o pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas.

5. Com o advento da Lei Federal nº 9.717/98, como salientado pelo agravante, restaram obstados os convênios e consórcios entre os entes da federação para fins de pagamento de benefícios previdenciários, todavia, **faz-se mister salientar a ressalva feita pelo artigo 10 acerca da permanência da responsabilidade do ente instituidor do sistema previdenciário pelos pagamentos dos benefícios já concedidos, assim como pelos casos em que os requisitos necessários à sua concessão já houvessem sido implementados.**

6. Tendo o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco, durante longos anos, percebido as contribuições dos servidores públicos municipais, nada mais justo que arque com o ônus



206
143 B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

decorrente do pagamento dos benefícios das aposentadorias e/ou pensões deste servidor e seus dependentes.

7. Do contexto probatório da presente lide, infere-se que, na hipótese dos autos, o falecido esposo da agravada, Sr. Abdon Sales de Melo, a despeito de ser servidor público municipal, contribuiu para o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco, órgão previdenciário do Estado de Pernambuco que, até a completa implantação da FUNAPE, nos termos do Decreto Estadual nº 24.444/02, respondia pelas atividades do Sistema de Previdência Social do Estado de Pernambuco.

8. Ora, se, a despeito do óbice inserido por lei federal à manutenção de convênios entre Estados e Municípios para fins de pagamento de benefícios previdenciários, o FUNAFIN continua a deduzir dos proventos de pensão da agravada quantum correspondente a contribuição previdenciária e se tais proventos permanecem sendo pagos pela FUNAPE, sucessora do IRH, razão não assiste às argumentações do agravante ao aduzir que não é o Estado de Pernambuco o responsável pela recomposição dos valores da referenciada pensão.

9. Ademais, embora os entes federativos, por serem Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, com capacidade política, sejam autônomos, quer administrativa, quer econômica e financeiramente, nos termos dos artigos 1º, 18 e 25 da Magna Carta, não há que se falar em quebra do equilíbrio federativo pela decisão agravada ao determinar à FUNAPE, órgão gestor do sistema previdenciário do Estado de Pernambuco, o pagamento da integralidade da pensão da qual a agravada é beneficiária, tendo em vista que não existe, nesta hipótese, qualquer ingerência do Município de Brejo da Madre de Deus na autonomia político-administrativa do Estado de Pernambuco.

10. A unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de nulidade da publicação oficial da decisão recorrida, não se conheceu da preliminar de indeferimento da exordial do feito originário e, rejeitou-se a preliminar de óbice à concessão de liminares contra a Fazenda Pública e no mérito, ainda à unanimidade, negou-se provimento ao agravo.

Por outro lado, observa-se que os impetrantes/apelantes instruíram a inicial com as certidões/declarações de fls. 24, 34, 45, 52, 59 e 66, as quais noticiam os valores dos vencimentos/proventos que os ex-segurados receberiam se vivos estivessem.

Pretendem, dessarte, configurar o ato lesivo ao seu direito à integralidade, mediante o cotejo dos demonstrativos de pagamento de suas pensões (fls. 20/22, 29/30, 41/42, 49, 56 e 63) e as respectivas certidões/declarações emitidas pelo ente ao qual eram os respectivos instituidores vinculados.

Fixados esses pontos, passo à análise da documentação carreada aos autos pelos impetrantes/apelantes.

Assim, verifica-se que: (i) a certidão carreada pela impetrante/apelante **Ivonete Jovelina da Silva Dias** (fls. 24) contempla vantagem como "Insalubridade"; e (ii)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

202
144/P

a certidão carreada pela impetrante/apelante **Maria do Carmo das Chagas** (fls.45) contempla vantagens como "Gratificação de Risco de Vida" e "Hora Extra Noturna".

É certo, porém, que tais vantagens apenas se incorporavam aos proventos ou integravam definitivamente os vencimentos em circunstâncias específicas, não demonstradas ou sequer alegadas nos presentes autos.

Ou seja, não são ditas vantagens inerentes aos cargos dos instituidores, mas decorrentes do exercício de certas atividades especiais ou das atribuições normais do cargo em condições especiais, pelo que, em princípio, são transitórias e retiráveis (*propter laborem*), razão pela qual não visualizo a plausibilidade do pleito em relação a essas vantagens.

Por outro lado, verifica-se que mesmo com a exclusão das parcelas referentes a tais vantagens, as impetrantes/apelantes **Ivonete Jovelina da Silva Dias** e **Maria do Carmo das Chagas** vêm percebendo suas pensões em valores inferiores ao devido, conforme se vislumbra dos 'demonstrativos de pagamento de pensão' acostados pelas mesmas (fls. 20/22, e 41/42).

Verifica-se, por fim, que os documentos carreados pelas impetrantes/apelantes **Maria de Lourdes da Silva**, **Maria Augusta Lopes da Silveira**, **Maria do Socorro Sales Ramos** e **Vera Lúcia Soares Alexandre** não fazem referência a qualquer vantagem de natureza *propter laborem*, razão pela qual tenho por inequívoca a violação do direito à integralidade/paridade das pensões por morte a elas cabíveis.

Ante o exposto, **dou provimento parcial à apelação**, em ordem a (i) afastar o comando sentencial de extinção do processo sem resolução do mérito, e, em seqüência, mediante aplicação do direito à espécie (com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC), (ii) conceder parcialmente a segurança, assegurando às impetrantes/apelantes o direito à percepção de pensão integral e paritária, excluindo-se, todavia, das pensões das apelantes **Ivonete Jovelina da Silva Dias** e **Maria do Carmo das Chagas** o pagamento das vantagens denominadas "Insalubridade", "Gratificação de Risco de Vida" e "Hora Extra Noturna", que têm caráter *propter laborem*.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator